

O OLHAR DA PESSOA QUE SOFREU ABUSO: sobre o acolhimento familiar ou a falta dele

Thuani Coutinho Gomes de Queiroz¹

Resumo

O objetivo deste artigo é refletir sobre a importância do acolhimento familiar (ou da falta dele) para a pessoa que sofreu violência sexual, observando o quanto tal violência afeta não apenas a pessoa que sofre abuso, mas também seu grupo de referência. A pesquisa se deu a partir da transcrição e análise de sete relatos de mulheres que sofreram violência, expondo um panorama geral sobre esses relatos e observando um dos casos de forma mais detalhada. Os resultados sugerem que a família pode ser um dos principais impeditivos para a correta notificação judicial de determinados casos de abuso sexual.

Palavras-chave: Abuso sexual, família, apagamento, amparo, negação

Abstract

This article intends to reflect about the importance of the family's supporting reception (or the lack of it) for the person who has suffered sexual violence, noting how much this violence affects the victim and its reference group also. The research was based on the transcription and analysis of seven reports of abused women. The purpose of this article is not only to present an overview of these reports, but also to observe one of the cases in a more detailed way. The results point to the family as one of the main impediments to correct reporting of certain sexual abuse cases.

Keywords: Sexual abuse, family, deletion, supporting reception, denial

¹ Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA) da Universidade Federal Fluminense (UFF). O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (Capes) – Código de Financiamento 001. E-mail: thuani_cout@hotmail.com

Introdução

O presente artigo apresenta de forma sucinta a reflexão desenvolvida na monografia de título “Um abraço ao silêncio: a influência do núcleo familiar nos encaminhamentos de casos de abuso sexual”, que teve como objetivo refletir sobre a importância do acolhimento familiar (ou da falta dele) para a pessoa que sofreu abuso sexual, observando como tal violência afeta também os "outros significativos" direta ou indiretamente envolvidos nela, em particular os parentes mais próximos. As análises das reações da família, baseadas em relatos de pessoas que sofreram violências sexuais, evidenciam processos de negação, silenciamento e apagamento. Os resultados mostram os obstáculos encontrados pelas pessoas que sofrem abuso sexual para encaminhar seu caso em ambiente familiar e extrafamiliar e como esta dinâmica revela-se como impeditivo para a correta notificação legal de casos de abuso.

Entende-se aqui como “abuso sexual” qualquer tipo de opressão psicológica ou física praticada por um indivíduo que tenha como objetivo obter prazer sexual ou sensação de poder sem o consentimento do outro/da outra. Em outras palavras, toda interação sexual realizada sem o consentimento de uma das pessoas envolvidas. Uso o termo "pessoa que sofreu abuso" ou a sigla PSA, no lugar do termo “vítima”, mais genérico, por perceber as interlocutoras como pessoas que sofreram um tipo específico de violência e compreender a forma como percebem o ocorrido, fez-se necessário um termo mais específico.

O termo “outros significativos” é usado tal como cunhado por George Herbert Mead (MEAD *apud* SOUZA, 2011). Segundo ele, “outros significativos” são os sujeitos com os quais cada um de nós se identifica, isto é, pessoas que são consideradas importantes para o desenvolvimento do *self* de um indivíduo, como família, amigos, professores. Durante a vida, cada indivíduo estabelece uma espécie de conversação permanente com os seus “outros significativos”, e é por meio desta conversação que apreendemos as condições necessárias para garantir a nossa existência. Em relação às interlocutoras desta pesquisa, os outros significativos tendem a ser parentes próximos, ou seja, membros da família.

Breve panorama sobre os números de abuso sexual no Brasil

De acordo com o “Balanço das denúncias de violações de Direitos Humanos”, documento divulgado pelo Ministério dos Direitos Humanos (MDH) em 2018, o total de

denúncias sobre violência sexual² no Brasil foi de 28.525 em 2011, enquanto em 2017 esse número caiu para 20.330. Em 2016, os registros somaram 15.707, e foram registrados 31.895 e 22.840 casos em 2013 e 2014, respectivamente (MDH, 2018, p. 4). A subnotificação³ é um fator considerado para tal instabilidade. Segundo Souza *et al* (2002), “a subnotificação é um dos grandes obstáculos para uma maior compreensão do fenômeno [violência sexual] e a uma consequente melhora no atendimento” (SOUZA *et al*, 2002, p. 115), pois quanto mais notificações, mais informações poderiam ser usadas para a criação de estratégias de atendimento às pessoas que sofreram abuso. Especificamente no estado do Rio de Janeiro, o número total de denúncias em 2017 foi de 1.594, maior que no ano anterior, quando houve 1.159 denúncias (MDH, 2018, p. 4).

Quanto ao perfil das vítimas, dos suspeitos e dos locais onde ocorreu a violência, é preciso destacar que a pesquisa apresenta os dados de forma geral, não especificando a porcentagem para cada categoria de violência contra crianças e adolescentes. Dessa forma, o perfil das vítimas permaneceu o mesmo em 2017 e 2016: sexo feminino – embora o número de denúncias referente a vítimas do sexo masculino venha aumentando a cada ano –; idade de 4 a 11 anos; e cor parda (MDH, 2018, p. 10), sem informação sobre a classe social. Em todos os anos (2011-2017), a casa da vítima é registrada como local onde ocorre a maioria dos casos de violência (MDH, 2018, p. 19), e o abuso sexual está sempre presente como uma das quatro categorias mais denunciadas, sendo elas: negligência, violência psicológica, violência física e violência sexual (MDH, 2018, p. 4). Essas informações correspondem a um perfil nacional, mas refletem, também, as características dos casos registrados no Rio de Janeiro.

Outro olhar nas pesquisas sobre abuso sexual

As pesquisas nas Ciências Sociais costumam basear suas discussões e mapear os casos de abuso sexual a partir da relação das pessoas vitimadas com o Estado, ou seja, a partir dos processos de acolhimento das PSA por instituições governamentais ou ONGs, da elaboração e

2 As pesquisas disponibilizadas pelo Ministério dos Direitos Humanos não fazem nenhuma definição objetiva do que denominam como violência sexual. Para compreendermos o que eles categorizam como “violência sexual”, disponibilizo aqui a descrição das subcategorias que esta abarca: abuso sexual, estupro, exploração sexual no turismo, *grooming* [“sedução” de menores], outros, pornografia infantil e *sexting* [envio de conteúdo erótico por meio eletrônico].

3 Termo ao qual tive contato ao ler os relatórios de segurança pública dos diferentes estados brasileiros e também pesquisas e relatórios sobre violência no Brasil. Por mais que seja um termo comum nos referidos espaços não é possível encontrar uma definição exata do termo por parte deles. Desta forma, uma definição geral seria que a subnotificação é a baixa ou nenhuma notificação de algo. Ou, número de notificações menor do que o esperado ou devido. (definição livre feita pela autora).

do arquivamento da notificação, ou dos processos no poder judiciário (seja observando um espaço físico ou pela prescrição da lei)⁴. Esses trabalhos suscitam debates sobre as ações em casos que já estão sendo administrados na esfera pública e visam, através das instituições, a resolução dos conflitos e processos causados pelo abuso sexual sofrido por outrem.

No que se refere a informações e acesso a interlocutoras (es), é comum que se encontre mais oportunidades de executar a pesquisa quando o campo é feito em uma instituição pública⁵, pois, via de regra, isso pode tornar as informações mais acessíveis.

É inegável a importância desses estudos para a análise do tema. Contudo, considero que é preciso observar como o núcleo intrafamiliar lida com o abuso sexual, não apenas por conta de sua importância no que se refere ao acolhimento da PSA, mas também pela possibilidade de vitimização indireta (ALMEIDA; NORONHA, 2011) e de nos permitir acessar como os seus membros interpretam e significam o abuso sexual (PARREIRAS, 2017).

Partindo destas breves considerações, faz-se necessário explicitar que a abordagem e o campo empírico da pesquisa que baseia este artigo é diverso das formas mais recorrentes de estudos sobre o tema no campo das ciências sociais, o que, por conseguinte, trouxe dificuldades para encontrar estudos que dialogassem de forma mais próxima com este trabalho.

Em suma, a proposta de pesquisa aqui resumida foi observar a administração dos conflitos gerados pelo abuso sexual no âmbito intrafamiliar, em uma esfera privada, buscando ainda, na medida do possível, privilegiar a perspectiva da PSA no que se refere à narrativa de suas histórias. Afinal, na maioria das vezes, antes da notificação, ou antes que o abuso sexual chegue à esfera pública, a família toma ciência da violência ocorrida. Frente a isso, o que ela faz? O que acontece no âmbito intrafamiliar quando se descobre um caso de violência deste tipo? Teria a família influência sobre a (sub)notificação?

Primeiros passos da pesquisa – aspectos metodológicos

Intrigada com a questão da subnotificação, inicialmente tentei conversar com pessoas que eu sabia que haviam sido abusadas sexualmente. Não eram encontros pré-estabelecidos ou combinados, visto que eram pessoas do meu convívio social. Apesar de as pessoas com

4 Conforme apontam Dias; Bitencourt (2017); Albuquerque e Osório (2017); e Deslandes (2013).

5 Delegacias de Atendimento à Mulher, Conselhos tutelares, Centros de referência de assistência social, ONGs e projetos sociais também são formas estratégicas de se acessar pessoas que sofreram algum tipo de violência.

quem falei não se conhecerem, seus comportamentos foram similares. Em todas as ocasiões, quando iniciava a conversa sobre a pesquisa, recebia parabenizações e incentivo. Porém, ao longo do diálogo, quando o convite para me conceder uma entrevista era feito, as PSA desconversavam ou diziam que não queriam falar sobre o assunto.

Percebendo a dificuldade a partir dessa experiência de abordagem direta, criei um formulário online, com cinco questões discursivas e sete de múltipla escolha (Anexo 1), com o intuito de ampliar minhas chances de achar alguém disposto a compartilhar seu caso, acreditando que, com o anonimato, as pessoas forneceriam informações básicas e talvez se dispusessem a conversar. O link do formulário foi disponibilizado em meu perfil pessoal na rede social *Facebook*, em uma publicação na qual expliquei o intuito do trabalho e pedi que o link fosse compartilhado, o que deu boa visibilidade ao levantamento. Em uma semana, o formulário foi respondido aproximadamente 300 vezes (sem contar as respostas que foram duplicadas erroneamente pelo sistema)⁶.

De forma proposital, na parte final do formulário inseri as questões discursivas 11) *Você gostaria de se identificar? Por quê?* e 12) *Você gostaria de colaborar com o meu trabalho compartilhando sua vivência ou me contando coisas que eu poderia ter perguntado aqui? Por favor deixe seu e-mail, que eu entrarei em contato.* Como dito anteriormente, a proposta do formulário era ter acesso a informações básicas e estabelecer contato com possíveis interlocutores ou interlocutoras. Por isso, não houve recorte de gênero, idade, cor, escolaridade, nem mesmo de estado, haja vista a dificuldade de se encontrar pessoas dispostas a compartilhar suas histórias, mesmo que de forma anônima.

Enviei uma mensagem a todas as pessoas que forneceram seu endereço de e-mail. Infelizmente, por mais que tenha havido uma significativa participação masculina no preenchimento dos formulários, poucos homens deixaram seu endereço eletrônico para contato, e nenhum para os quais enviei e-mail respondeu. O mesmo ocorreu com grande parte das mulheres. Apesar desses percalços, as interlocutoras que contribuíram para este trabalho são provenientes desta comunicação iniciada pelo formulário, ou que tomaram conhecimento da pesquisa e se dispuseram a contribuir. Assim, o recorte é basicamente pautado nas

6 O total de pessoas acessando foi de aproximadamente 300, mas o total de respostas de cada pergunta varia, pois a proposta era que a pessoa respondesse apenas o que se sentia confortável. Nenhuma questão era obrigatória; as pessoas escolhiam o que responder ou não. Do total das respostas, temos que considerar uma margem de erro de 27 fichas, pois houve pessoas que clicaram no envio duas vezes por acharem que não haviam conseguido enviar na primeira tentativa.

características das pessoas que se dispuseram a falar comigo.

Entre convites e desistências houve entrevistas que resultaram no registro de sete relatos; todas mulheres, brancas e negras, de classe popular e média, entre 18 e 40 anos, cinco com nível superior e duas com ensino médio completo, todas habitantes do estado do Rio de Janeiro.

Luiza⁷, de 20 anos; Fernanda, de 22 anos, e Monique de 20 anos, foram as interlocutoras que souberam de minha pesquisa através de outras pessoas e eu as entrevistei pessoalmente. Viviane, de 38 anos, e Sheron, de 18 se dispuseram a relatar suas experiências por meio do aplicativo de troca de mensagens *Whatsapp*. Nínive, de 21 anos, enviou um relato já escrito. Natasha, de 22 anos, foi a última das colaboradoras que entrevistei pessoalmente. As entrevistas foram feitas a partir da escuta empática⁸, de modo que, basicamente, coloquei-me como ouvinte das interlocutoras. Pedi que elas compartilhassem sua vivência da forma que achassem melhor e confortável, e assim foi feito.

Monique e Fernanda foram abusadas por mais de um homem durante a infância. Monique foi abusada pelo pai, pelo tio e por um pedreiro, e Fernanda foi abusada pelo avô e por um amigo da mãe. Ambas contaram para as mães, que ficaram impactadas de início, porém, após os relatos continuaram a interação com os agressores das respectivas filhas normalmente, não mais tendo tocado no assunto.

Viviane e Natasha foram abusadas sexualmente por amigos próximos da família, e, ao compartilhar com seus responsáveis, algumas providências foram tomadas. No caso de Viviane, o acusado foi levado até a delegacia, mas fugiu. Ela continua podendo falar abertamente sobre o acontecido com seus familiares. Já Natasha compartilhou o abuso somente com a avó, que a manteve longe do abusador, a ouviu e a apoiou, porém não notificou judicialmente o acontecido.

Sheron foi abusada durante anos da infância por seus três primos mais velhos. Os abusos pararam quando ela tinha nove anos e eles tinham entre 16 e 17 anos. Contou a seus pais após ser pressionada por uma prima, mas o relato não foi notificado, pois os pais consideraram “brincadeira de criança”. Após isso, a parte da família do pai que sabia do ocorrido fingiu que nada havia acontecido.

7 Nem todos os nomes são fictícios: a pedido de algumas interlocutoras, foi mantido seu nome verdadeiro.

8 A escuta empática é uma forma de escuta ativa praticada na comunicação não-violenta, conforme Rosenberg (2006), pela qual se ouve uma pessoa sem interrompê-la a não ser para esclarecimentos, mantendo o foco na empatia com as questões mais profundas expressadas.

Nínive e Luiza foram abusadas pelos respectivos padrastos. Enquanto Nínive sofreu vários episódios de abuso dos oito aos 17 anos, Luiza vivenciou um episódio e não teve coragem de compartilhar com ninguém, já que, segundo narrou, a relação com sua mãe a fazia se sentir insegura e com medo de ser culpabilizada de alguma forma pelo que aconteceu. Nínive contou para a família e chegou a ir à delegacia fazer a notificação, mas, quando foi requisitada a presença dos parentes para os depoimentos, estes não compareceram. Sua mãe continuou o casamento com o padrasto, e a família permaneceu agindo como se nada tivesse acontecido.

Assim, nos sete casos acima mencionados, verifica-se três variações nos seus desfechos. Viviane foi a única que recebeu apoio de todos da família – essa avaliação inclui também os questionários online que não se converteram em entrevistas efetivas. Natasha, que compartilhou o ocorrido apenas com a avó, foi apoiada e cuidada por ela. Luiza, por fim, manteve-se em silêncio por medo de ser culpabilizada pelos atos do padrasto. Salvo essas três situações, em todas as outras (inclusive considerando as respostas ao questionário virtual) os parentes próximos agiram como se nada tivesse acontecido, mesmo quando havia a explicitação dos episódios pelas vítimas que sofreram a violência sexual.

A perspectiva da pessoa que sofreu ou sofre abuso

É necessário refletir sobre o fato de que o modo como a pessoa que sofreu abuso percebe a reação dos outros significativos pode não ser o mesmo modo como estes a percebem. Partindo do pressuposto de que há múltiplas formas de enxergar o acontecido pelas diferentes pessoas, tais visões podem se colidir, gerando conflitos. O que significa para essa pessoa, social e moralmente, as reações diversas da família quando esta toma conhecimento do que aconteceu?

Antes de aprofundar essa questão, faz-se necessário esclarecer que violências categorizadas como sexuais carregam consigo não apenas a dimensão física, mas também a moral. A esse respeito, como aponta Oliveira (2008),

“Embora a violência física, ou aquilo que aparece sob este rótulo, tenha uma materialidade incontestável e a dimensão moral das agressões (ou dos atos de desconsideração à pessoa) tenha um caráter essencialmente simbólico e imaterial, creio que a objetividade do segundo aspecto ou o tipo de violência encontra melhores possibilidades de fundamentação do que a do primeiro. Aliás, arriscaria dizer que na ausência da ‘violência moral’, a existência da ‘violência física’ seria uma mera abstração. Sempre que se discute a violência como um problema social tem-se como referência a ideia do uso ilegítimo da força, ainda que frequentemente

este aspecto seja tomado como dado, fazendo com que a dimensão moral da violência seja pouco elaborada e mal compreendida, mesmo quando constitui o cerne da agressão do ponto de vista das vítimas”. (OLIVEIRA, 2008, p. 135)

A dimensão física pode deixar marcas visíveis, e a partir destas marcas, por vezes, a ocorrência da violência pode se tornar incontestável. O caso de estupro e outros tipos de abuso que deixam ferimentos graves são exemplos disso. Mesmo porque, não raro, os processos jurídicos se baseiam nesse tipo de evidência, o que permite que marcas sejam transformadas em provas. Já a dimensão moral não pode ser contemplada da mesma forma. Por conta de sua imaterialidade, muitas vezes ela não chega sequer a ser concebida como uma forma de violência. Então, como reparar uma agressão psicológica? Como, juridicamente, dirimir danos a algo de caráter imaterial? As respostas para tais questões não encontram sua face mais significativa no poder judiciário, sendo necessário, primeiro, um processo de amparo que se inicia nos outros significativos para, então, posteriormente, haver um acolhimento na esfera pública, com auxílio, inclusive, da Justiça.

Muitas PSA procuram inicialmente alguém próximo, geralmente da família, para contar as violências sofridas. Não como denúncia, mas para suprir a necessidade de compartilhar, de ser escutada, de falar, como veremos a seguir. A partir desse primeiro contato, a pessoa que recebeu a informação conta para outros integrantes da família ou incentiva a própria PSA a contar, o que costuma despertar uma série de conversas e discussões sobre o que aconteceu – estas últimas podem acontecer perante a PSA ou não. Diante disso, resta indagar: quais são, então, as ações da família?

Depois dos conflitos gerados pelos relatos de violência sexual, o assunto pode ser dado como encerrado, sendo a probabilidade de este caso ser notificado quase nulo. Uma outra possibilidade, ainda que menos frequente, ocorre quando a família confere importância ao episódio, tornando-se o principal núcleo de incentivo à notificação.

Amparo, negação e apagamento

É importante apresentar algumas das categorias que serviram de base à análise. Primeiro, quando trato de “reação”, refiro-me à miscelânea de sentimentos que os outros significativos expressam verbal e corporalmente quando expostos aos relatos de violência sexual. Exemplos comuns de reação são negação, choro, indignação, discussões, acusações e desentendimentos, e nem sempre incluem diálogos com a PSA. Designo como “amparo” o

auxílio, o apoio e a ajuda prestada à PSA, como, por exemplo, ouvir o relato e dar credibilidade ao mesmo, dar afeto e atenção, mobilizar-se para encontrar uma solução que minimize os danos causados a ela, etc.

Chamo a atenção para a categoria *negação*. Segundo Kübler-Ross (2008), a negação é um mecanismo de defesa empregado na luta contra a dor causada pela morte de outrem, sendo ela uma das cinco fases do luto. Para a autora, a intensidade e a duração desse mecanismo de defesa dependem de como as pessoas ao redor e até a própria pessoa que sofre lidam com essa dor.

Embora Kübler-Ross (2008) analise o processo de luto principalmente relacionado à morte de um ente próximo, o conceito de “negação” por ela empregado pode servir também à análise de outros processos dolorosos, como o de viver e saber sobre o abuso. Negação é a não aceitação de que o relato é real, a recusa a acreditar que a violência aconteceu ou que o agressor é quem a PSA diz ser. É a negação que vai mover o grupo a produzir aquilo que chamamos neste estudo como “apagamento”.

Em seu trabalho sobre as relações entre etnicidade e cultura, Barth (2005) discorre sobre alguns processos de controle social a que vai chamar, analiticamente, de *apagamento* e *silenciamento* (BARTH, 2005). Utilizo estas duas categorias analíticas para pontuar determinadas ações da família da PSA que, consciente ou inconscientemente, operam no sentido de promover um pretense “esquecimento” do abuso relatado. Tomo o silenciamento e o apagamento conforme definidos por Barth (2005) para pensar tais processos dentro da interação entre família e a PSA.

Evitar falar sobre o fato, discutir negativamente sempre que o assunto surge e repreender a PSA sempre que a mesma fala sobre o que se passou são alguns dos dispositivos empregados na produção do apagamento e/ou esquecimento. Quando a família não dá abertura para o compartilhamento do ocorrido, a PSA torna-se a única a possuir mais informações sobre ele. E à medida que tais informações são retidas (ainda que involuntariamente) pela vítima, por um lado, evitam-se conflitos com os outros significativos, mas, por outro, produz-se uma espécie de silenciamento que gradativamente concorre para o apagamento do episódio.

Caso Nínive

Para aprofundar um pouco a discussão, vamos nos ater a apenas um dos casos: o de

Nínive.

Aos 18 anos, Nínive compartilhou com a avó que sofrera abuso sexual; após o relato, a família decidiu que era necessário fazer o registro. Porém, os dois tios que pressionaram a mãe para que registrasse a ocorrência não compareceram para depor quando foram chamados. Após todos os conflitos, sua mãe continuou com o relacionamento amoroso com o padrasto de Nínive, apontado por ela como o autor do abuso; e o restante da família continuou interagindo com ele normalmente. A interação ininterrupta da família com o acusado, principalmente por parte da mãe, foi recebida pela PSA como uma espécie de *insulto moral*, como apontado por Oliveira (2008).

Em seu relato, Nínive conta ainda que uma adolescente próxima à família também fora abusada por seu padrasto e teria sido igualmente desacreditada, o que reforçava a sensação de desamparo e a insegurança:

A última vez que eu tentei contar [relatar o abuso] foi por volta dos meus 12 ou 13 anos. Uma prima de consideração veio dormir aqui em casa e no dia seguinte ela acordou horrorizada querendo ir embora. No dia seguinte trocamos mensagens e ela me contou que ele mexeu no corpo dela. Tia Gina [mãe da amiga] [...] disse que acreditava nela. Que ela tinha contado detalhes demais pra ser mentira. Minha mãe o defendeu, disse que ele via a mim e minha irmã como filhas e que nunca faria isso com ninguém.

A postura em defesa do acusado exemplifica claramente como se tentou produzir o silenciamento e o apagamento. Defender o caráter do acusado é uma clara prática da negação, que tem como pressuposto a crença de que ele “nunca faria isso com ninguém”. Esse tipo de reação expõe a dificuldade muitas vezes apresentadas pelos outros significativos quando confrontados com os relatos de abuso sexual. A negação é uma das formas mais recorrentes de lidar com o assunto. Afinal, admitir o ocorrido é ter de lidar com diferentes moralidades, posições e visões de mundo, o que, na maioria das vezes, revela-se complexo e extremamente difícil para cada um dos envolvidos.

Para Nínive, após tantos anos convivendo com o abuso, o registro judicial da ocorrência não seria suficiente para saciar a sua necessidade de reparação. Ser reconhecida como dotada de dignidade e de ser credibilizada era algo que ia bem além de um processo jurídico, como ela relata:

Respirei e implorei pra ela [a mãe da amiga] não contar pra ninguém. Não adiantaria de nada e eu ia acabar prejudicando todo mundo. Imaginei todo mundo indo em cima da minha mãe, alguém tirando a guarda da minha irmã e ela me odiando pra sempre. Óbvio que ela não ficou quieta e pior, contou pros meus tios.

Atento para o fato de que um processo que era de apagamento se transformou em revitimização, fazendo a interlocutora lidar novamente com inseguranças, lembranças e constrangimento:

Meus tios me perguntaram se eu tinha provas e ameaçaram minha mãe de denunciarem ela como cúmplice se ela não me levasse na delegacia em uma semana. Ela me levou, foi um dos piores dias da minha vida. Fomos na Delegacia da Mulher, que estava locada numa área do Exército, e o inspetor me recebeu numa sala que era tipo um porão. Ele era ríspido e fez minha ocorrência na máquina de escrever. Me questionou por que eu não tinha ido lá antes e disse que ninguém pegaria meu caso porque já fazia mais de seis meses que Téo tinha me tocado, então não rolava corpo delito [sic]. Me senti horrível, e minha mãe o tempo todo com o olhar assustado respondendo às perguntas dele do jeito que dava pra fazer com o nervoso que tava sentindo. Fomos embora e no ônibus ela comentou sobre 'ele disse que não vai dar nada, né? Vai ficar tudo bem'.

A necessidade de amparo foi suprida parcialmente por amigos, mas a expectativa de apoio dos outros significativos é maior. Espera-se apoio para que a PSA se sinta apta para fazer o registro ou atender qualquer necessidade que reduza os danos causados.

Para Nínive, o desamparo e o apagamento foram reforçados quando ela recebeu a notícia de que sua mãe não queria fazer a denúncia e que, apesar do processo jurídico, ela se encontrava com o acusado em motéis:

Uma semana depois, uma delegada pegou meu caso, eu estava estudando na biblioteca da faculdade quando recebi a notícia. Chorei tanto! [...] amigos me deram apoio e disseram que iriam na delegacia comigo se eu quisesse...tava tudo dando certo pela primeira vez, mas minha mãe estava nervosa... disse que a gente não podia depor... [...] depois que descobri através dele que eles se encontravam no motel eu desisti de tudo. Eu só queria que minha mãe acreditasse em mim, eu só queria que ela olhasse pra mim enquanto eu contava o que tava acontecendo, eu só queria que ela dissesse que ia ficar tudo bem e que ela acreditava em mim. [...] eu não queria nem lidar mais com aquilo, não fazia sentido voltar lá se minha mãe ainda tava com ele.

Conforme mostra o relato de Nínive, a credibilidade, a escuta e a atenção são muitas vezes mais importantes do que o processo jurídico ou a prisão do agressor. Nesse caso, a vítima foi silenciada por uma pretensa "normalidade" na interação familiar e com a volta do padrasto para dentro da casa em que morava.

A escuta, a atenção e a credibilidade conferidas ao relato de uma PSA podem ser entendidas como o reconhecimento da sua dignidade enquanto ser humano. A produção do esquecimento e do silenciamento, por sua vez, podem ser entendidas como formas de insulto moral que atentam diretamente contra tal dignidade. Nos termos propostos por Oliveira (2008),

O insulto [moral] aparece então como uma agressão à dignidade da vítima, ou como a negação de uma obrigação moral que, ao menos em certos casos, significa um desrespeito a direitos que requerem respaldo institucional. Tomada como o resultado da transformação da noção de honra na passagem do antigo regime para a sociedade moderna (Berger, 1983; Taylor, 1994), a dignidade é caracterizada como uma condição dependente de expressões de reconhecimento, ou de manifestações de consideração, cuja negação pode ser vivida como um insulto pela vítima, percebido como tal por terceiros. (OLIVEIRA, 2008, pp. 136-137)

Na contramão do silenciamento e do apagamento, os atos de ouvir e dar credibilidade à PSA podem se converter em expressões de reconhecimento e consideração, o que tem importantes consequências. Em determinado momento da entrevista, Nínive diz “*eu só queria que minha mãe tivesse acreditado em mim*”, frase que pode ser lida como um exemplo emblemático de sua necessidade de reconhecimento e consideração pelos outros significativos.

Quando isso não ocorre, o vazio presente no lugar onde supostamente deveria estar o amparo acaba sendo preenchido por um silenciamento por vezes implícito, posto que, não raro, os outros significativos da vítima se negam a falar abertamente sobre o assunto. O mais comum é a família simplesmente parar de falar sobre o fato, como se realmente não houvesse acontecido. Com o tempo, a própria PSA se policia e passa a não mais abordar o ocorrido, produzindo, a longo prazo, o apagamento da situação vivida.

Ações simples como ouvir e acompanhar mais de perto a PSA poderiam ser entendidas como amparo, assim como reações antagônicas a estas são entendidas como negação.

Foi explícito nos relatos que há um incômodo por parte das interlocutoras com relação ao apagamento e ao silenciamento dos casos.

Nos casos em que o reconhecimento torna-se uma questão, a ausência deste sinal é vivida como uma negação da identidade do interlocutor, que se sente agredido. É, nesse sentido, que o aspecto dialógico do reconhecimento se faz presente com todas as suas implicações. Isto também significa que o reconhecimento é uma atitude ou um direito que precisa ser permanentemente cultivado, e que as demandas a ele associadas não podem jamais ser contempladas de forma definitiva. (OLIVEIRA, 2008, p. 138)

O incômodo pode ser interpretado como necessidade do reconhecimento, e isso fica claro nos relatos das participantes desta pesquisa. Percebemos que, com exceção de Viviane, nenhuma das outras interlocutoras falava abertamente sobre o abuso no meio familiar. E a necessidade de ter o seu relato credibilizado entre os outros significativos se tornou uma questão anterior e maior do que o encaminhamento do caso ao poder judiciário para elas.

Tal questão levanta a importância de pensarmos no silenciamento e no apagamento como um dos possíveis e mais importantes motivos para a propaganda subnotificação de casos, visto que o processo de condução desse tipo de questão no âmbito familiar é complexo e delicado. Por isso, como reforça Oliveira (2008), a atenção às demandas por reconhecimento das vítimas de violência é tão importante. Como nota o antropólogo,

As demandas por reconhecimento também não podem ser satisfeitas pela simples obediência a uma norma legal, na medida em que aquele que reconhece deve ser capaz de transmitir um sinal de apreço ao interlocutor – isto é, à sua identidade ou ao que ela representa. (OLIVEIRA, 2008, p. 137)

Diante disso, é importante pensar na necessidade de um amparo mais efetivo à pessoa que sofreu e sofre abuso. Para tal, a visão de que todas as pessoas estão dispostas a se colocar contra o abuso deve ser desromantizada. Por desromantizar, refiro-me a repensar o senso comum, que se coloca como crítico da ação criminosa – neste caso, o abuso sexual –, afirmando o quanto todos repudiariam ou combateriam o abuso assim que o vissem, seja de forma verbal ou por meio de ações concretas. Por vezes, tal posicionamento desfoca a visão sobre a vítima. Em outros, volta-se para a produção de discursos de ódio em relação ao agressor. Em meio às múltiplas possibilidades de reação, os outros significativos tanto podem apoiar quanto condenar a vítima, ou ainda se manterem silenciosos em relação ao seu relato.

Considerações finais

A notificação judicial é apenas uma dentre as várias ações envolvidas no processo de reparação à pessoa que sofreu abuso. No entanto, trata-se de um processo (burocrático) que, na maioria das vezes, toma por base apenas a dimensão física das violências sofridas, não indo além. Sabendo desta limitação em relação à dimensão moral, ONGs, conselhos tutelares e outros órgãos disponibilizam psicólogos, conselheiros e terapeutas às PSAs, mas tais ferramentas apenas podem ser acessadas se a pessoa violentada tiver o amparo familiar, sobretudo quando se tratam de crianças e adolescentes. Existe a possibilidade de órgãos públicos agirem se a informação do abuso chegar até um dos seus canais; mas, para tal, é necessário que, de alguma forma, a informação saia de esfera privada.

A consideração dos outros significativos em relação à pessoa que sofreu abuso pesará decisivamente para que ocorra a notificação, sendo, na verdade, mais importante do que esta, uma vez que, nas violências sofridas, não raro há uma desvalorização da identidade e uma objetificação da pessoa que precisam ser levadas em consideração e reparadas. Caso os outros

significativos não levem em conta a dimensão moral das agressões, a questão da notificação perde parte do seu significado de reparação, podendo vir a se tornar um mero processo burocrático. Nessas circunstâncias, o fato de se levar o caso às autoridades pode funcionar, no máximo, como um estopim para a eclosão de conflitos familiares.

Cabe ressaltar que o presente artigo teve por objetivo propor uma reflexão sobre a questão que, segundo nosso entendimento, é bastante complexa e profunda, dando às Ciências Sociais muito o que explorar. Observar a descridibilização como ferimento à dignidade humana parece nos oferecer uma perspectiva profícua do que o descaso e a descrença realmente representam nos contextos apresentados.

Muito se é falado atualmente sobre dar mais credibilidade ao relato das pessoas que sofreram abuso como prova no processo jurídico. No entanto, até a conclusão da pesquisa que subsidiou este trabalho, deparei-me muito mais com pessoas que sofreram com o silenciamento do que com vítimas que foram apoiadas por suas famílias. O apoio influi na confiança da pessoa ao fazê-la se sentir amparada, ampliando, assim, suas possibilidades de lidar com a situação não somente no ambiente familiar como junto ao Estado, o que permite que os casos sejam registrados e haja alguma reparação moral e/ou penal pelos danos causados.

O abuso, o apagamento e o silenciamento têm efeitos em comum. Ferem a dignidade, desvalorizam a identidade e desconsideram os sentimentos da pessoa que sofreu ou sofre abuso, o que pode causar problemas de autoconfiança, autoestima, sentimentos e autoimagem. Daí a necessidade de produzirmos mais trabalhos que contribuam para a compreensão como se dão tais processos na esfera privada, pois estes nos trarão alguma orientação sobre onde e como deve se iniciar a busca pelo reconhecimento e pela reparação moral.

A falta de informação pode ser limitadora; logo, é de suma importância a conscientização familiar sobre o cuidado que deve ser conferido à criança e ao adolescente para que estes outros significativos tenham o mínimo de ferramentas para um amparo efetivo. Como relatado, é comum o silenciamento e, conseqüentemente, o apagamento do abuso para a família. Conforme procurei demonstrar, a dificuldade de lidar com moralidades, interesses e posicionamentos diversos muitas vezes acaba gerando efeitos deletérios, sobretudo para as vítimas, o que poderia ser minorado caso não houvesse a opção preferencial pela negação.

Um dos mais prováveis e importantes motivos para a subnotificação dos casos de violência sexual deve-se ao insulto moral praticado pelos outros significativos, na medida em

que desencorajam e silenciam a PSA. Isso ocorre a partir do momento em que familiares e pessoas próximas começam a evitar falar sobre o assunto, culminando no apagamento. Estas, entre outras ações, foram percebidas pelas PSA como desamparo, o que, consequentemente, leva a que o reconhecimento da dignidade não se efetive. Como diz Oliveira (2008), “nos casos em que o reconhecimento torna-se uma questão, a ausência deste sinal é vivida como negação da identidade do interlocutor, que se sente agredido” (OLIVEIRA, 2008, p. 138). No caso da vítima de violência sexual, essa agressão talvez constitua o maior insulto moral a que se pode ser submetido.

Referências bibliográficas

ALBUQUERQUE, Laura Gigante OSÓRIO, Fernanda Corrêa. “A responsabilização de mães em casos de violência sexual contra menores de idade: O instituto da omissão imprópria e a culpabilização da mulher na sociedade patriarcal brasileira”. In: **Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 e 13th Women’s Worlds Congress**, 2017, Florianópolis (SC). Anais eletrônicos. Disponível em: <http://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499088914_ARQUIVO_ArtigoFazendoGenero.pdf>. Acesso em junho de 2018.

ALMEIDA, Andrija. O.; NORONHA, Ceci. V.. “Violência sexual contra crianças e adolescentes: um olhar sobre as experiências de vitimização indireta dos familiares”. In: **35º Encontro Anual da ANPOCS**, 2011, Caxambu (MG). Paper. Disponível em: <<https://anpocs.com/index.php/papers-35-encontro/gt-29/gt31-15/1186-violencia-sexual-contra-criancas-e-adolescentes-um-olhar-sobre-as-experiencias-de-vitimizacao-indireta-dos-familiares/file>>. Acesso em maio de 2018.

BARTH, Frederick. “Etnicidade e o conceito de cultura”. In: **Antropolítica – Revista Contemporânea de Antropologia e Ciência Política**, nº 19, pp. 15-30, 2º semestre, 2005.

DESLANDES, Keila. “Abuso sexual de vulneráveis: a importância do princípio protetivo da infância e da adolescência”. In: **Seminário Internacional Fazendo Gênero 10**, 2013, Florianópolis (SC). Anais eletrônicos. Disponível em: <http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1373333169_ARQUIVO_Abusosexualdevulneraveis.pdf>. Acesso em junho de 2018.

DIAS, Danielle Maiby Rodrigues e BITENCOURT, Silvana Maria. “A violência sexual na percepção dos profissionais de saúde” In: **Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 e 13th Women’s Worlds Congress**, 2017, Florianópolis (SC). Anais Eletrônicos. Disponível em: <[http://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499453694_ARQUIVO_FazendoGeneroTextoCompleto\(1\).pdf](http://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499453694_ARQUIVO_FazendoGeneroTextoCompleto(1).pdf)>. Acesso em abril de 2018.

KÜBLER-ROSS, Elizabeth. **Sobre a morte e o morrer: o que os doentes terminais têm**

para ensinar a médicos, enfermeiras, religiosos e aos próprios parentes. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS. **Balanço das Denúncias de Violações de Direitos Humanos.** Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/disque100/balanco-2018-completo>>. Acesso em junho de 2018.

OLIVEIRA, Luís Roberto Cardoso de. “Existe violência sem agressão moral?”. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 23, nº 67, pp. 135-146, jun. 2008.

PARREIRAS, Carolina. “Entre narrativas e invisibilidade: compreendendo violências sexuais contra crianças e adolescentes em favelas”. In: **41º Encontro Anual da ANPOCS**, 2017, Caxambu MG). Paper. Disponível em: < <https://www.anpocs.com/index.php/papers-40-encontro-2/gt-30/gt30-13/11083-entre-narrativas-e-invisibilidade-compreendendo-violencias-sexuais-contras-criancas-e-adolescentes-em-favelas-1/file>>. Acesso em março de 2018.

ROSENBERG, Marshall B. **Comunicação não-violenta: técnicas para aprimorar relacionamentos pessoais e profissionais.** São Paulo: Ágora, 2006.

SOUZA, Renato Ferreira de. “George Herbert Mead: contribuições para a história da psicologia social”. In: **Psicologia & Sociedade**, v. 23, n. 2, pp. 369-378, mai-ago, 2011.

SOUZA, Edinilsa Ramos de; ASSIS, Simone Gonçalves Dias de e ALZUGUIR, Fernanda de Carvalho Vecchi. “Estratégias de atendimento aos casos de abuso sexual infantil: um estudo bibliográfico”. In: **Revista Brasileira de Saúde Maternal e Infantil**, v. 2, n. 2, pp. 105-116, mai-ago, 2002.

ANEXO 1

Questionário disponibilizado na rede social *Facebook*

- 1) Você conhece alguém que sofreu abuso sexual?
☐ sim ☐ não

- 2) Essa pessoa compartilhou essa informação:
☐ Na época em que sofria o abuso.
☐ Muito tempo depois.
☐ O abuso já havia parado.

- 3) Essa pessoa sofreu abuso na:
☐ Infância ☐ Adolescência ☐ Outro

- 4) Você ofereceu algum tipo de:
☐ Ajuda ☐ Opinião ☐ Apoio ☐ Asilo ☐ Outro

- 5) Como você se sente em relação ao acontecido a essa pessoa?

- 6) Essa pessoa que sofreu abuso é:.
☐ Parente ☐ Amigo próximo ☐ Conhecido
☐ Estou falando de alguém que conheço e nunca sofri abuso.
☐ Estou falando de outra pessoa mas já sofri abuso.
☐ Estou falando de mim.
☐ Outro

- 7) A pessoa contou quem era o agressor(a)?
☐ Sim ☐ Não ☐ Outro

- 8) Se sim, quem era?
☐ Padrasto ☐ Amigo dos pais ☐ Parente próximo (tio, primo)
☐ Amigo da escola ☐ Outro.

- 9) Você acha que essa pessoa compartilharia a vivência dela comigo? Por quê?

- 10) Você tem alguma dica do que mais posso perguntar sem ser invasiva com quem não quer se identificar?

- 11) Você gostaria de se identificar? Por quê?

- 12) Você gostaria de colaborar com o meu trabalho compartilhando sua vivência ou me contando coisas que eu poderia ter perguntado aqui? Por favor deixe seu e-mail, que eu entrarei em contato.

Recebido em: Junho de 2018
Aprovado em: Fevereiro de 2019